

PARECER CÂMARA DE GRADUAÇÃO - CEPE

Origem:	Ciências Humanas e Sociais
Para:	CEPE
Assunto:	PROPOSTA DO CURSO DE DIREITO - BACHARELADO
Protocolo nº:	17.783.083-6

Histórico

Trata-se de **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO**- Bacharelado do Campus de Apucarana, com 120 páginas.

O processo está instruído com os seguintes documentos:

- PPC do curso de Direito (Folhas nº 15 a 120);
- Ata no. 04/20201 - Reunião ordinária do colegiado de Administração (Folhas nº 03 a 06);
- Ata no. 04/20201 - Reunião extraordinária do conselho do centro de Ciências Sociais Aplicadas (Folha nº 08);
- Ata no. 04/20201 - Reunião ordinária do conselho de campus (Folhas nº 10 a 12);
- Memorando n. 031/2021 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Solicitação do curso de Administração para redução da oferta de vagas de ingresso de 120 para 80. (Folha nº 13);

2 - Análise

1 - Em relação aos princípios gerais, a proposta de PPC contempla:

- Identificação:

CURSO: Direito

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2022

CAMPUS: Apucarana

CENTRO DE ÁREA: Ciências Humanas e Sociais

CARGA HORÁRIA: Em horas/relógio: 3.700

HABILITAÇÃO: Bacharelado

REGIME DE OFERTA: Seriado anual com disciplinas anuais;

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO: Mínimo de 5 anos e máximo de 7 anos.

TURNO DE FUNCIONAMENTO: não registrado

QUANTIDADE DE VAGAS: 40

- Legislação de suporte ao projeto político do curso de Direito;

- A concepção de universidade como instituição social, pública, gratuita, laica e autônoma;
- A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como fundamento metodológico do ensino universitário (ao longo do Processo, está previsto a articulação do ensino, pesquisa e extensão por meio das disciplinas e TCC, além de incentivo às práticas formativas complementares);

2 - Em relação à relevância e especificidades da oferta do curso, a proposta de PPC contempla:

- Demandas e expectativas sociais;
- Relevância do curso para a região onde está inserido;
- Carga horária coerente e de acordo com a legislação vigente;

3 - Em relação à matriz curricular, a proposta de PPC contempla:

- Estabelecimento de um número máximo e mínimo de disciplinas no curso por período letivo;
- O PCC não apresenta o perfil específico do egresso, apenas o perfil geral relacionado a proposta do PDI da universidade.
- Às 3700 horas totais do curso não discrimina se h/a ou horas relógio.

- As atividades práticas do curso serão, a partir dos componentes e competências ministrados, ofertadas, aos acadêmicos e acadêmicas, de forma regulamentada e estão previstas como sendo: prática de processo judicial eletrônico; prática jurídica, pelo Núcleo de Prática Jurídica / Mediação e Arbitragem; atividades complementares; Estágio obrigatório, que compõe a mesma disciplina; atividades extensionistas; mobilidade nacional e internacional; integração em eventos com os outros cursos da UNESPAR; prática em laboratório tecnológico; estágio ou atividade de extensão em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas; órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais; visitas guiadas e pesquisa de campo, quando o componente curricular assim o determinar; escritórios e serviços de advocacia e consultoria jurídicas.

4 - Em relação aos aspectos legais, a proposta de PPC contempla:

- Deliberação CEE-PR nº 04/2006: Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Parecer CEE/CES - PR nº. 23/2011: Inclusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como

disciplina obrigatória nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura;

- Deliberação CEE/PR nº 04/2013: Normas estaduais para a Educação Ambiental;
- Deliberação CEE/PR nº 02/2015: Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CES/CNE nº 3, de 02 de julho de 2007: procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula (carga horária total do curso e desenvolvimento da matriz curricular em horas relógio);
- Resolução 038/2020 CEPE UNESPAR: Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária;
- 400 horas de estágio supervisionado, na área de formação e atuação do Direito, contemplando também outras áreas específicas;

5 - Em relação as ACEC:

- As ACECs serão desenvolvidas nas disciplinas: Introdução à extensão universitária; Direito Constitucional I; Direito Penal I; História do Direito e Teoria dos Direitos Humanos; Direito Civil III; Direito Processual do Trabalho; Formas Consensuais de solução de conflitos – Mediação e Arbitragem e nas Atividade Acadêmica Complementar;
- O Ementário e o Regulamento de ACEC, apresenta como serão desenvolvidas as ACEC's nas disciplinas e no curso e atribui ao Núcleo Docente Estruturante a competência para acompanhar a avaliar o desenvolvimento dessas ações.

6 – Quadro Docente:

- O PPC apresenta um docente efetivo para a coordenação de curso com formação específica para a área, Núcleo Docente Estruturante – NDE com cinco professores efetivos, todos com TIDE e com formação em Direito e um quadro de professores para o curso, com: onze professores efetivos e um professor CRES.

7 – Plano de Implantação do PPC:

- Para implantação do curso de Direito, o campus de Apucarana irá adotar o seguinte procedimento: para o ano letivo de 2022 a carga horária referente ao primeiro ano do curso de direito será absorvida na totalidade pelos docentes já existentes na Unespar campus de

Apucarana sem a necessidade de haver contratação para suprir tal demanda. A partir daí, no período de 2023 a 2026, irá ocorrer uma adequação, pois deixará de existir uma turma de administração noturno, sendo as vagas migradas gradualmente até se integralizarem as vagas na totalidade para o curso de direito. Para implantação do curso de Direito, o campus de Apucarana irá adotar o seguinte procedimento: para o ano letivo de 2022 a carga horária referente ao primeiro ano do curso de direito será absorvida na totalidade pelos docentes já existentes na Unespar campus de Apucarana sem a necessidade de haver contratação para suprir tal demanda. A partir daí, no período de 2023 a 2026, irá ocorrer uma adequação, pois deixará de existir uma turma de administração noturno, sendo as vagas migradas gradualmente até se integralizarem as vagas na totalidade para o curso de direito, conforme folha nº 114.

8- Recursos necessários para a implementação do PPC:

- Memorando n. 031/2021 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Solicitação do curso de Administração para redução da oferta de vagas de ingresso de 120 para 80. (Folha nº 13);

- Sala dos professores; Sala dos computadores; Sala de gabinetes; Centro de Pesquisa; Sala de reuniões Helid Budian; Secretaria Acadêmica; Escritório de Prática Jurídica; Anfiteatro Gralha Azul; Salas de aula; Laboratório de Informática e Sala de aula com quadro digital e ar-condicionado para atendimento do curso de Direito.

- Sala para a Coordenação do Curso

3 - Conclusão

Em face ao apresentado, somos de parecer favorável à aprovação do **Projeto Pedagógico do Curso de Direito - Bacharelado** do Campus de Apucarana, desde que atendida a redução de vagas do curso de Administração, conforme item 7 da análise. É o parecer.

Paranavaí, 26 de agosto de 2021

Alcemar Rodrigues Martello
Ericson Raine Prust
Jackelyne Corrêa Veneza
Marlete dos Anjos Silva Schaffrath
Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção